

PROJETO ESPECIAL DE AÇÃO (PEA) COMO POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE EXCELÊNCIA NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO

Vanessa Gama Salvaia Santos

PMSP/SME - SP, Brasil

vandiretoriapsmp@gmail.com

Ilka Gama Santos

PMSP/SME - SP, Brasil

ilka.santos@sme.prefeitura.sp.gov.br

Eduardo Gimenes Palazzi

PMSP/SME - SP, Brasil

palazzidu@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A formação de professores é tema constante em diversas pesquisas. Dada sua relevância pelos impactos causados na qualidade do ensino, na formação dos discentes e na sociedade em geral, muitas discussões se dão ao seu respeito: como ela deve ocorrer e como as políticas públicas devem zelar por sua qualidade seja na formação inicial seja na continuada (IVENICKI, 2021). No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em 1996, no artigo 62 vem destacar a importância da qualificação profissional de todos os professores do ensino regular por instituições de ensino superior, desde os da Educação Infantil (E.I.). Além da formação inicial, a LDB/1996 também ressalta a necessidade da formação continuada e explicita, nos parágrafos 1º e 2º o dever de o governo, em suas três esferas se responsabilizar por ela (BRASIL, 1996).

A nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também ressalta a importância da formação dos professores para a formação dos educandos, destacando a importância da formação inicial e continuada, sobretudo no entendimento da sedimentação nos cursos de nível superior (BRASIL. 2020, p.16).

É óbvio pensar que com o avanço acelerado das ciências, tecnologias e desenvolvimento humano, a busca por atualização é imprescindível para um professor da atualidade ser bem-sucedido. Para isso, a formação continuada é indispensável, no sentido de poupar o docente do exercício de um ensino obsoleto, proporcionando constante aprimoramento profissional. Segundo Libâneo (2004, p.227), “O termo formação continuado vem acompanhado de outro, a formação inicial. A formação inicial refere-se ao ensino de conhecimentos teóricos e práticos destinados à formação profissional,

completados por estágios. A formação continuada é o prolongamento da formação inicial, visando o aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e o desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional.”

Em outra perspectiva de formação continuada, Imbernón (2001 p.48-49) corrobora a dicotomia entre formação continuada x melhoria da prática objetivando a melhoria ensino/aprendizagem.

DESENVOLVIMENTO E DISCUSSÃO

Predizendo a LDB/1996 e a BNCC, Paulo Freire (FREIRE, 1993) já ressaltava a importância do professor crítico-reflexivo, que coloca a sua prática como objeto de pesquisa, refletindo sobre ela e buscando a aperfeiçoá-la:

“Quando a prática é tomada como curiosidade, então essa prática vai despertar horizontes de possibilidades. [...] Esse procedimento faz com a que a prática se dê a uma reflexão e crítica.” (FREIRE, 1993 p. 40).

“Por isso é que na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática.” (FREIRE, 2001 p.43).

E nesta convicção é que ele mesmo, enquanto secretário da educação de São Paulo, implanta a Lei 11.229 SME/SP, em 1992, seguida da Lei 11.434/93 SME SP as quais instituem a possibilidade de o docente ingressar na Jornada Especial Integral, viabilizando a implantação do Projeto Especial de Ação (PEA) como política pública de formação continuada de professores em serviço.

O PEA, conquista dos educadores do Município de São Paulo, formação que ocorre em serviço abarcando tanto as diretrizes da educação do município/país quanto às especificidades de cada escola, de cada grupo de crianças/adolescentes. Dentre os méritos do PEA, talvez a reflexão da ação docente seja a de mais valia. Projeto expressivo dado o número de profissionais envolvidos. Segundo documento publicado pelo Sindicato dos Especialistas em Educação, Retrato da Rede, em 2020, a rede abrangia 62.276 professores e 1008 coordenadores pedagógicos entre outros profissionais (SINESP, 2020).

Esta pesquisa tem o objetivo de verificar qual a importância do PEA como política pública de formação continuada de professores na Rede Municipal de ensino de São Paulo a partir da observação de como ele impacta o contexto escolar de uma Unidade Escolar

(U.E.) de E.I. da periferia de São Paulo (SP), Brasil. O método utilizado foi a pesquisa de campo quanti qualitativa. A pesquisa contou com questões relacionadas à importância do impacto pedagógico visando a melhoria da qualidade no ensino/aprendizagem. Das educadoras que aceitaram responder (75,47 % da U.E.), 100% são Professoras de Educação Infantil (PEI) e 2,5% também atuam como Professoras de Educação Infantil e Ensino Fundamental I (PEIF). Sendo que as educadoras que participaram da pesquisa estão distribuídas, praticamente, de forma equitativa nos agrupamentos (BI, BII, MGI e MGII). Também participaram as “Professoras em Módulo”, educadoras substitutas sem agrupamento definido na atribuição de salas. Por unanimidade na presente pesquisa, as educadoras consideram que o PEA é influenciador das práticas educativas, pois o mesmo é um momento formativo que possibilita a troca de ideias, vivências com base no Currículo da Cidade de SP, possibilitando a evolução das práticas pedagógicas sobre os principais temas na E.I.. Além disso, 95% percebem que esta formação contínua influencia diretamente na tomada de decisão que passa pelo Conselho de Escola objetivando, também, o suporte estrutural da U.E. através da tomada de decisão dos recursos financeiros destinados à Escola. O papel desta formação é considerado intrínseco ao funcionamento da U.E. e da qualidade pedagógica, sendo que 85% das educadoras consideram que o PEA influencia diretamente a criação/desenvolvimento dos projetos desenvolvido na Escola. Talvez o sucesso esteja relacionado ao potencial que o PEA possui ao procurar discutir as especificidades da comunidade/região com base no Currículo da Cidade de SP. Por isso, 100% das professoras têm consciência desta importância e sucesso desde sua implementação, porém, a grande maioria (82,5%) percebem que a predominância, atualmente, dos ideários políticos dos governos atuais no Brasil (em vários níveis) tem impactado negativamente na discussão junto à sociedade. Especialmente percepção pelas educadoras quanto a possível perda de autonomia das U.Es (38,46%), além da perda de direitos conquistados como a evolução funcional (18,46%) e consideram, até, a extinção deste tipo de formação continuada (27,69%).

CONCLUSÕES

Apesar dos aproximados 20 anos de história e da relevância apontada pelos professores entrevistados que refletem a importância do PEA para as práticas educativas

e construção do currículo de uma educação pública de qualidade, encontramos um ponto crítico na realização desta pesquisa: a escassez de informações respeito do mesmo. Tamanha, que nos limita à uma pesquisa exploratória do assunto tão coerentemente idealizado por Paulo Freire. Em consulta ao Portal de Dados Abertos da Prefeitura Municipal verificamos que não há registros de dados como a média de educadores que participam efetivamente, uma vez que é opcional de acordo com a jornada escolhida pelo docente anualmente. Também não há um sistema de registro quantitativo e qualitativo dos profissionais que fazem jus ao certificado de conclusão, nos moldes da Instrução Normativa SME 14/2022. Não encontramos também um sistema de cadastro dos temas escolhidos, uma vez que é facultativo à equipe escolar defini-lo. Informações importantes para uma análise macro dos temas que despertam o interesse das equipes escolares seja por modalidade de ensino, faixa etária atendida, região da cidade de origem das escolas.

Neste sentido, este trabalho vem contribuir para o início de um movimento de conhecimento dos verdadeiros efeitos deste modelo de formação continuada de educadores como forma de política pública, conscientes de que este trabalho não dá conta de percebê-lo em sua totalidade nem com relação ao território que abrange, nem à amplitude de relações e aspectos que influencia, destacamos que é de extrema importância este movimento com buscas a aprofundamentos em novos trabalhos.

REFERÊNCIA

BRASIL. Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 9. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília-DF; MEC; CONSED; UNDIME, 2015. Disponível em: Acesso em: 14 nov. 2022.

FREIRE, P.. Política e educação: ensaios. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1993[2001], 57pp.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

IMBERNÓN, F. Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez, 2001.

IVENICKI, A.. A Educação permanente e a formação continuada docente: questões urgentes para um mundo pós-pandêmico. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação [online]. 2021, v. 29, n. 113 [Acessado 14 Novembro 2022], pp. 849-856. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40362021002901130001>>. Epub 22 Out 2021. ISSN 1809-4465. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362021002901130001>.

LIBÂNEO, J. C. Organização e Gestão Escolar Teoria e Prática. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

SÃO PAULO. **Lei n. 11.229**, 26 jun. 1992.

SÃO PAULO. **Lei n. 11.434**, 12 nov. 1993.

SÃO PAULO. **Instrução Normativa SME 14/2022**, 4 març. 2022.

SINESP. **Retrato da Rede 2020: Sinesp exige mudanças para reverter a degradação da RME e chama a categoria a entrar na luta. 19/06/2020.** Disponível em: <<https://www.sinesp.org.br/noticias/aconteceu-no-sinesp/10006-retratoretrato-da-rede-2020-sinesp-exige-mudancas-para-reverter-a-degradacao-da-rme-e-chama-categoria-a-entrar-na-luta-da-rede-2020-sinesp-exige-mudancas-para-reverter-a-degradacao-da-rne-e-chama-categoria-a-participar-da>> Acesso em: 15/11/2022.